

RETORNO AS AULAS: A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM PG.3

Na Bahia, o Governo do Estado, ainda oscilante em seus posicionamentos, sustenta provisoriamente a suspensão das aulas. Tendo esta semana falado pela primeira vez num possível cancelamento do ano, numa comitiva com governador e prefeito da capital.

A RENDA MÍNIMA DO GOVERNO BOLSONARO E SEUS SIGNIFICADOS PG.5

Motivo de imbróglio do Governo Bolsonaro, agora jogada no colo de sua irresoluta base política do Congresso, a proposta em andamento do Programa Renda Brasil representa uma verdadeira síntese contraditória entre uma pífia estratégia política e necessidades econômicas impostas pelo mercado.

NÃO HOUE QUARENTENA NA LETALIDADE PARA A POLÍCIA DA BAHIA PG.6



Segundo os dados do Monitor da Violência, o número de pessoas mortas em ações policiais cresceram 7% no primeiro semestre de 2020, quando comparado ao ano passado, mesmo com a pandemia e a adoção de medidas de distanciamento social. Ao todo, 3.148 pessoas foram mortas em todo o Brasil por intervenção policial entre janeiro e junho. Numa análise de morte por 100 mil habitantes, o estado do Amapá teve a maior alta com 8,1%, seguido do estado de Sergipe com 4,6 %, Rio de Janeiro com 4,5%, Bahia com 3,4% e o Pará com 3%.

OS ABUTRES NA BIELORRÚSSIA PG.4

O ENSINO PRIVADO É O MODELO DO CAPITAL PARA A EDUCAÇÃO PG.7

POEMA: DRAGÃO PG.8

MEMÓRIA: JACINTA PASSOS PG.9

Por Milton Pinheiro

Na história brasileira, as eleições sempre ocorreram, por mais descaracterizadas que pudessem se apresentar, como em períodos ditatoriais ovvu com regras de exceção. A eleição é sempre um momento oportuno para se refletir sobre o sistema político e, ao mesmo tempo, utilizar essa conjuntura como um espaço importante para se examinar o conjunto das contradições sociais.

Apesar da longa ilegalidade, ao qual o obscurantismo político relegou os comunistas brasileiros (PCB) durante o século XX, em todas as oportunidades em que essa representação de vanguarda política pôde participar, o debate foi pautado pela defesa dos interesses dos trabalhadores do campo e das cidades; pela defesa das liberdades democráticas; pela defesa do progresso humano; por pautas que colocam questões étnico-raciais e de gênero; pela defesa da democracia religiosa e por Pão, Terra e Trabalho. Essa pauta sempre foi articulada a partir da defesa da organização da nossa classe.

Os comunistas brasileiros disputaram eleições em 1928, pelo Bloco Operário e Camponês, quando elegeram dois vereadores no antigo distrito federal; disputaram as eleições para a presidência da República em 1930, quando apresentaram o operário negro Minervino de Oliveira. Tiveram participação importante nas eleições corporativas de 1934, quando elegeram para o parlamento brasileiro os deputados federais Abgvar Bastos e Álvaro Ventura e, para o senado, Abel Chermont.

Após o término das trevas do “Estado Novo”, nas eleições constituintes de 1946, o PCB elegeu uma combativa bancada de 14 deputados federais e 01 senador, o legendário Luiz Carlos Prestes. Essa bancada comunista marcou de forma indelével o parlamento brasileiro por sua ação e pelo conjunto de propostas em defesa dos trabalhadores, contra o entreguismo das nossas riquezas, contra o latifúndio que massacrava os camponeses e a vida no campo, mas também na defesa de leis que protegessem os trabalhadores da ganância burguesa.

Nas eleições de 1947, tivemos a eleição de uma extraordinária bancada que ultrapassava um conjunto de mais de 50 deputados estaduais espalhadas por vários estados brasileiros, assim como dois prefeitos (Jaboatão dos Guararapes/PE e Santo André/SP) e bancadas de vereadores muito representativas para defender os interesses da pauta dos trabalhadores.

Mesmo com a cassação do registro do PCB e a cassação dos mandatos comunistas a partir de 1947, do parlamento federal às Câmaras de vereadores, o partido ainda elegeria um agrupamento importante de parlamentares, até 1985, por outros partidos do campo democrático, para as diversas instâncias do parlamento (federal, estadual e câmaras municipais). Os/as parlamentares comunistas sempre foram cassados pelo arbítrio da lógica de ordem burguesa que, mesmos nos espaços da democracia formal, recusavam-se a exercitar a democracia representativa.

O PCB retorna ao parlamento brasileiro, com parlamentares eleitos pela sua legenda, em 1986, tanto para a Câmara Federal como para as Assembleias Legislativas estaduais. O espaço da democracia formal no Brasil sempre foi capturado pela lógica golpista da autocracia burguesa. São leis e decretos para beneficiar os partidos da ordem, articulações da conveniência eleitoral para impedir que o povo pobre das periferias e os trabalhadores possam eleger seus verdadeiros representantes.

Os comunistas, apesar da trama burguesa, enfrentam as eleições com algumas preocupações. Primeiro, apresentar para o conjunto dos trabalhadores e do povo em geral um programa da nossa classe que discuta as questões básicas da população e defender bandeiras de combate às opressões sofridas pela população que são endógenas ao capitalismo: o machismo, o racismo, a lgbtqifobia etc. Mas, ao mesmo tempo em que é apresentado esse programa tático em defesa das questões básicas da população e fazemos o enfrentamento às opressões, reafirmamos nossas lutas históricas.

Esse conjunto de lutas, que avançam do campo das mediações táticas e se integram de forma dialética às perspectivas estratégicas, permitem aos comunistas brasileiros lutarem nas jornadas da nossa classe por trabalho, contra a fome, pelo direito à terra para quem nela trabalha, por moradia para o povo pobre das cidades, contra as opressões estruturantes do capitalismo e em defesa do futuro para a juventude. Permitem também lutarem em defesa da humanidade e por sua emancipação, possibilitando ao conjunto da nossa classe, e aos seus aliados, uma trilha por onde possamos marchar na defesa do poder popular e na perspectiva do socialismo.



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro,

Nalbert Antonino, Rafaela Fraga e Thais Oliveira

Diagramação

Nalbert Antonino



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

João Pedro Aguiar, Sócrates Menezes,

Henrique Oliveira, Jorge Cadima,

Gabriel Galego e Mauro Iasi

Revisão

Gabriel Galego

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

www.omomento.org

RETORNO ÀS AULAS: VOLTA DOS QUE NÃO FORAM

Por *Giovani Damico*



Um mês atrás nos debruçamos sobre a questão: Aulas para que te quero? Pergunta que segue atual e de difícil resposta. A pandemia mostrou alguns sinais de desaceleração em boa parte do território nacional, entretanto, tal tendência ainda está longe de se mostrar como algo constante. Afinal, hoje ainda se registraram 1075 mortes diárias, após uma semana com números bem menores.

O processo de reabertura do comércio, shoppings, espaços de lazer, com ou sem acordo com as normas locais, vem se pondo como fator indubitável para aumento da instabilidade. E é neste cenário que se intensifica ainda mais um debate sobre a volta às aulas. Na Bahia, municípios como Brumado se propõem a serem “pilotos no retorno” e até ensaiaram tal medida sem êxito, enquanto em linhas mais gerais ainda segue o tom de incerteza expresso pelo governo.

Em diversos Estados a questão da volta às aulas segue latente e na Bahia não é diferente. Em São Paulo, o Governo Estadual colocou um plano de retomada para setembro, agora adiado para outubro, pretendendo englobar rede pública e privada. Desta vez o plano parece vir com mais força. A partir de sete de outubro haveria uma retomada com rodízios entre alunos, divididos em três grupos.

Na Bahia, o Governo do Estado, ainda oscilante em seus posicionamentos, sustenta provisoriamente a suspensão das aulas. Tendo esta semana falado pela primeira vez num possível cancelamento do ano, numa comitiva com governador e prefeito da capital. Embora aponte para uma “melhora no cenário em quase todo o estado” o que poderia novamente apontar para a retomada das aulas presenciais.

Na contramão das incertezas, o estado do Rio Grande do Norte se antecipa e toma decisão de retomar aulas presenciais apenas no ano de 2021. Mantendo neste ano atividades complementares, mas sem definição exata dos rumos do ano letivo vigente. Questões sanitárias foram colocadas como as razões da decisão.

Apontávamos aqui como os debates nacionais carecem ainda de formulações sobre a readequação do ano letivo 2020

e uma possível junção dos anos letivos 20 e 21. Tal debate seque ainda extremamente frágil, e embora planos de retomada sejam pautados, as condições ainda seguem extremamente incertas, tal qual a curva pandêmica.

Esta semana a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) liberou um relatório importante sobre as condições das escolas, trazendo uma série de dados que ajudam a pensar a situação atual e futura do cenário das escolas no Brasil e no mundo, nos trazendo mais elementos para uma comparação atual. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação destaca (CNTE) munida de tais dados destaca as salas cheias e falta de professores jovens. Problemas estruturais já conhecidos, mas reforçados pelo relatório.

As Escolas brasileiras são assim destacadas pelos números acima da média de alunos tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Professores com salários 50% menores do que a média da OCDE, um perfil mais envelhecido em seu quadro docente. Soma-se a isso todo o déficit estrutural já conhecido, com falta de banheiros, pias e equipamentos de higiene. Salas pequenas mal acondicionadas, falta de ventiladores, e espaços amplos para socialização dos estudantes. Uma conta que custa a fechar.

A retomada do comércio e setores que estavam paralisados por si só já vem colocando um incremento de circulação de pessoas nas grandes cidades, o que impacta diretamente no transporte público. Salvador já coloca seu transporte público com quase toda a frota nos horários de pico. No entanto, o problema crônico da superlotação dos transportes urbanos invariavelmente vai esbarrar na retomada da circulação. Afinal como colocar as pessoas na rua, garantindo distanciamento, em um sistema de transporte completamente saturado? A volta às aulas certamente traria uma demanda extra incompatível com a atual capacidade de transportes ofertadas nas grandes cidades brasileiras, representando de facto o fim do distanciamento social.

Se não é apontada uma alternativa no quesito dos transportes, das infraestruturas das escolas, da necessidade de testagem e controle regular da circulação do vírus nas escolas, tampouco é debatido minimamente o propósito da retomada das aulas em meados de outubro. Se tomarmos novamente o exemplo de São Paulo, um retorno que colocaria as turmas em rodízio, possibilitando no máximo um mês de aulas por turma até o final do ano. Um mês esse que dificilmente daria conta de retomar os conteúdos iniciados em fevereiro.

A própria rede particular que conseguiu estabelecer algum grau de aulas remotas dificilmente passaria o ano letivo 2020 por um ano minimamente concluído. Reforça-se assim a questão do interesse social em assegurar a todo custo a manutenção do ano letivo vigente. Afinal, os problemas não se foram, o vírus tampouco, as escolas seguem lamentavelmente as mesmas. Voltam os que não foram.

OS ABUTRES NA BIELORRÚSSIA

Por Jorge Cadima



Para perceber o que se passa na Bielorrússia basta ler Anders Aslund, um dos arquitetos da «terapia de choque» que restaurou o capitalismo na Rússia após 1991. Aslund é um criminoso da guerra de classes. Numa década, o PIB russo caiu para quase metade (data.worldbank.org). A esperança de vida dos homens russos desceu para 59,8 anos (Relatório Desenvolvimento Humano PNUD, 2000) e o país estava à beira do colapso. Mas a pilhagem não criou só miséria e morte – criou os milionários russos e encheu as contas dos oligarcas demo-ocidentais: entre 1992 e 1998 a fuga de capitais da Rússia para os bancos ocidentais atingiu 210 mil milhões de dólares (Financial Times, 27.8.99).

Diz agora Aslund (www.intellinews.com, 15.8.20): «Quem visita a Bielorrússia fica surpreendido: trata-se da última economia soviética, mas na realidade funciona. [...] A sua economia altamente industrializada é dominada por cerca de 40 empresas estatais, em particular na indústria pesada. Ainda produzem produtos soviéticos [...] mas são os melhores produtos soviéticos que alguma vez viram. [...] Os problemas macroeconômicos são diminutos. A inflação está sob controlo, em cerca de 5%. O deficit orçamental oficial é minúsculo, e a dívida pública total limita-se a 35% do PIB. [...] Em geral a administração estatal está de boa saúde, provavelmente a melhor da ex-União Soviética. [...] A Bielorrússia não tem grandes homens de negócios ou oligarcas privados. A corrupção é até ao momento surpreendentemente limitada». Apetece dizer: claro!

Mas Aslund não está concedendo elogios. Está a apresentar o catálogo de vendas do que espera ser a próxima

temporada da mega-produção «pilhagem a Leste». Não vislumbra doença, mas exige a cura: «A maioria das grandes empresas terá de ser privatizada». Para serem saqueadas pelo capital imperialista (enchendo alguns bolsos) e depois fechadas (destruindo a concorrência). Nem os Estaleiros Navais de Gdansk, berço do Solidariedade, escaparam a esse destino. A preocupação de Aslund é que «uma venda aberta resulte em donos russos de quase tudo». Não foi para isto que deu vida aos oligarcas, a quem agora chama «lobos russos que rondam as suas potenciais vítimas». Para Aslund, só os abutres euro-americanos têm direito ao saque.

O presidente Lukachenko não está na mira pelo mal que possa ter feito, mas pelo bem que fez ao defender a economia da Bielorrússia dos apetites vorazes do grande capital globalista e também dos oligarcas russos, mantendo «três quartos da economia no sector público». Fosse outra a sua opção e, como Guaidó, seria considerado Presidente legítimo com zero votos. Teria o tratamento mediático dos democráticos Emirados Árabes Unidos, apreciados por Israel, os EUA e o legitimamente eleito Rei Emérito de Espanha que para lá fugiu de prestar contas à justiça.

Os discursos sobre manifestantes pró-democracia de Macron, Trump ou Biden são para enganar incautos. Pergunte-se aos Coletes Amarelos, contra os quais vale tudo – até arrancar olhos, às vítimas da violência policial nos EUA ou aos muitos milhares de nova-iorquinos que todos os dias fazem bichas de quarteirões para receber comida doada (New York Post, 22.8.20) enquanto os multimilionários aproveitam a pandemia para encher os bolsos.

A RENDA MÍNIMA DO GOVERNO BOLSONARO E SEUS SIGNIFICADOS

Por Sócrates Menezes



Motivo de imbróglgio do Governo Bolsonaro, agora jogada no colo de sua irresoluta base política do Congresso, a proposta em andamento do Programa Renda Brasil representa uma verdadeira síntese contraditória entre uma pífia estratégia política e necessidades econômicas impostas pelo mercado.

Anunciado por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, após reunião ministerial realizada em junho deste ano (2020), o programa Renda Brasil admite uma tridimensionalidade que deve aqui ser exposto: o político, o socioeconômico e o ideológico.

Sem muita explicação, detalhamento ou indicação de receitas, o Programa Renda Brasil apresentado pelo Governo Bolsonaro tem se colocado como um substituto imediato do Programa Bolsa Família. Mas os indicativos demonstram se tratar de uma mudança de natureza entre o que se pretendia com uma política de assistência social para o que se quer com uma política neoliberal redistributiva.

A proposta de Bolsonaro e Guedes herda do Bolsa Família o bônus político, tão evidente quanto providencial, ainda mais diante do aumento da popularidade do Governo depois da instituição do Auxílio Emergencial, proposto e aprovado pelo Congresso. Mas a dimensão política não se esgota aí. O Renda Brasil, até onde se sabe, objetiva unificar o conjunto de políticas sociais específicas, a fim de garantir recursos e “potencializar” o direcionamento e a amplitude deles: mais dinheiro para mais pessoas. Para tanto, dado o consenso diante de sua necessidade, o Governo espera que o Programa seja uma justificativa a mais no conjunto das reformas que visam o desmonte do caráter público do Estado brasileiro: a reforma tributária e a reforma administrativa.

Na dimensão socioeconômica, o Programa Renda Brasil significa uma verdadeira mudança da natureza social da política de assistência, ainda que minimamente assegurada, para uma política propriamente econômica. Na verdade, não há incoerência absoluta em um governo que se diz liberal, falar em política de redistribuição de renda mínima para a população pobre. Na tradição liberal, o próprio Milton Friedman, tido por muitos como o pai do neoliberalismo e guru da famosa Escola de Chicago – de onde Paulo Guedes é tributário – defendia tal mecanismo econômico, por entender as possibilidades de vulnerabilidade que

eventualmente o processo de empobrecimento poderia alastrar no corpo social ordenado pelo capital.

Tal mecanismo não poderia, por sua vez, intervir no jogo “livre” dos preços estabelecidos pelo mercado, tanto dos bens de consumo, como da força de trabalho. Para Friedman, isso pode ser feito pelo Imposto de Renda Negativo, que consiste na complementação do salário do trabalhador por parte do Estado até o valor de uma renda mínima a ser definida pelos governos.

Por sorte, nessa dimensão estritamente econômica, como na vigência do Bolsa Família, o programa de Renda Mínima defendido pelo Governo Bolsonaro deve garantir ainda um padrão mínimo de consumo para a manutenção do funcionamento (também mínimo) dos mercados. Na versão copiada por Paulo Guedes e apresentada como “novidade”, a filantropia estatal, desconectada de uma política minimamente assistencial, teria direito a suplementação salarial o trabalhador que não atingisse o valor de R\$ 500,00 em seus rendimentos, como provisoriamente estipulado pelo próprio Governo.

A circularidade entre os objetivos econômicos de classe e as justificativas ideológicas de fundo liberal, feita por um governo profascista enraizado na opressão e na precarização da vida social, tem seus limites. Primeiro, porque a opção por uma “saída liberal” de problemas causadas pelo próprio mercado é, no mínimo, contraditória. A transformação de uma política de assistência social em uma política econômica de consumo mínimo apenas reforça a estrutural separação entre produção (da mais-valia) e consumo. A distribuição se desloca do processo de valorização do capital para uma esfera meramente monetária. Segundo, porque as possibilidades de vulnerabilidade social da qual grande parcela da classe trabalhadora se encontra desde sempre nunca foram “eventuais”, das quais pensavam Friedman e outros ideólogos burgueses, mas concretamente estruturais. E os rebatimentos políticos, senão previsíveis, deverão ser pelo menos inesperados.

O capital e o quadro de agravamento de sua crise, que se defrontará o mundo pós-pandemia, não oferecem grandes margens de manobras para a burguesia, dado que sua espiral tende a se estreitar – reforçando a ativação de seus limites absolutos, como nos diria István Mészáros

NÃO HOUE QUARENTENA NA LETALIDADE PARA A POLÍCIA DA BAHIA

Por Henrique Oliveira

Segundo os dados do Monitor da Violência, o número de pessoas mortas em ações policiais cresceram 7% no primeiro semestre de 2020, quando comparado ao ano passado, mesmo com a pandemia e a adoção de medidas de distanciamento social. Ao todo, 3.148 pessoas foram mortas em todo o Brasil por intervenção policial entre janeiro e junho. Numa análise de morte por 100 mil habitantes, o estado do Amapá teve a maior alta com 8,1%, seguido do estado de Sergipe com 4,6%, Rio de Janeiro com 4,5%, Bahia com 3,4% e o Pará com 3%.

Em 2019, a polícia baiana ocupou o sexto lugar em letalidade policial, matando mais pessoas proporcionalmente do que as polícias de estados como Minas Gerais e São Paulo, que tem uma população superior ao estado da Bahia.

De uma forma geral os crimes letais contra a vida voltaram a subir no Brasil, após uma trajetória de redução nas mortes registradas em 2018 e 2019. Entre janeiro e junho de 2020, 22.680 mortes aconteceram no Brasil, um aumento de 6%. Essa alta na taxa de homicídios ficou por conta de seis estados do Nordeste: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Como consta no levantamento "Racismo, Motor da Violência", feito pela Rede de Observatórios da

Segurança, durante junho de 2019 e maio de 2020, a polícia baiana foi a segunda mais letal do país. Perdendo apenas para a polícia do Rio de Janeiro, nesse período, as ações policiais terminaram com 260 mortos. A letalidade policial é caracterizada pela concentração de mortos numa única ação, que muitas vezes terminam com 2, 3 ou mais pessoas vitimadas. São ações que ocorrem principalmente nos bairros pobres e de maioria negra, a exemplo do último mês de agosto, em que 4 homens foram mortos no bairro de Saramadaia e 5 em São Gonçalo do Retiro, em Salvador.

Mesmo na pandemia, em que foram fechados os grandes centros comerciais, escolas, praias, pela necessidade de distanciamento e isolamento social, as ações letais não reduziram. Segundo a polícia, essas mortes aconteceram em confrontos com suspeitos de tráfico de drogas. A política de segurança pública baiana é focada na chamada "guerra às drogas", que na prática se converte numa guerra contra os trabalhadores negros e pobres. Não à toa, 75% das pessoas mortas pela polícia no Brasil são negras. Até quando se quer impedir a aglomeração em nome da saúde pública, a repressão policial tem recaído mais sobre os chamados "paredões", se tornando mais um pretexto para a criminalização da pobreza e o racismo.



O ENSINO PRIVADO É O MODELO DO CAPITAL PARA A EDUCAÇÃO

Por João Pedro Aguiar



Foto: Tácio Moreira / Metropress

A recém compra de 100% das operações por R\$4 bilhões do grupo norte-americano Laureate pelo conglomerado Ser Educacional no Brasil, anunciada no último domingo [1], contracena com um aprofundamento da precarização do ensino e das condições de trabalho dos profissionais da educação superior na rede privada. Em super-salas virtuais com mais de 100 alunos, mensalidades abusivas, demissões de trabalhadores e reduções salariais que chegam a achatar salários de professores com qualificação de doutorado em R\$ 400,00 [2] – quantia inferior ao auxílio emergencial e menos da metade de um salário mínimo – o modelo do capital no ensino superior impõe uma realidade obscena para a educação e os trabalhadores.

As Instituições de Ensino Superior Privado (IES) começaram a se expandir em larga escala desde os governos de FHC, política aprofundada nos governos de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores (PT) que fortaleceram o FIES e criaram o PROUNI. Ainda que tenham ampliado a oferta de matrícula e o acesso ao ensino superior em proporções sem precedentes, estes programas transferiram gigantescos montantes de recursos públicos que bem poderiam ser destinados para fortalecer o ensino público e gratuito. Foi neste período que os monopólios da educação foram impulsionados em maiores proporções e ganharam musculatura, tomando o mercado da educação dominado por grandes conglomerados a exemplo da Estácio, Ser Educacional, Ânima e a gigante Kroton – a maior empresa educacional do mundo. Não por menos que são nas IES que estão a grande maioria dos estudantes nas universidades privadas do país. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, o mais recente, estes representam mais de 75% dos alunos da graduação[3]. Ou seja, para cada aluno da rede pública há 3 alunos da rede privada.

Notemos que a ampliação da oferta nas vagas da educação superior, se deu a partir do fortalecimento do setor privado no presente ramo. O fundo público foi um trampolim para o fortalecimento dos grandes conglomerados, a partir apropriação privada do capital destes recursos. O resultado desta política que se apresentou como alternativa à exclusão histórica da juventude trabalhadora brasileira ao ensino superior, ao mesmo tempo injetou bilhões no setor privado, criou uma enorme dívida entre estudantes, a qual a inadimplência se deve sobretudo a crise

econômica agravada pelas políticas neoliberais. São também nas universidades privadas onde o corpo docente e os profissionais da educação têm as piores condições de trabalho, a relação entre a jornada de trabalho e salário são mais precarizadas, onde a categoria encontra maiores níveis de assédio no ambiente de trabalho para não reivindicar melhorias no plano de carreira ou progressões salariais, dada a instabilidade do setor privado e a atuação sindical desarticulada.

Nos últimos meses, ainda que sem a precisão dos números, observamos uma expressiva evasão dos estudantes que com descontos ínfimos e políticas de permanência estudantil precárias, comaval do governo federal, não tiveram condições de permanecer nos espaços de ensino. A renda dos trabalhadores duramente reduzida durante o período de pandemia, tem sido a principal motivação do esvaziamento estudantil no ensino superior privado. Esse dado soma-se com a generalização do ensino EAD, vendido como “ensino remoto”, para que as universidades justificassem a manutenção de mensalidades abusivas e as readequações salariais no corpo de trabalhadores da educação, sem prejudicar suas obscenas taxas de lucro em meio à crise. Ainda que com a lei dos 30% na Bahia – a qual obriga as universidades privadas descontarem 30% das mensalidades – muitas universidades insistiram em não aplicar os devidos descontos para alunos. A Universidade de Salvador (UNIFACS) informou em comunicado interno para seus alunos, que não iriam aplicar descontos para alunos que já tinham bolsas. Ou seja, quase sua totalidade não teria este direito, burlando a determinação da legislação estadual aprovada para o período de pandemia.

E é com a mesma radicalidade que o capital e as políticas neoliberais aprofundam a precarização do ensino privado, para estudantes e trabalhadores, é que devem ser apresentadas as contrapartidas para a farra dos monopólios da educação. As bandeiras de luta no presente devem reivindicar a redução considerável das mensalidades, a garantia integral de todos estudantes e a manutenção de todos os postos de trabalho sem retrocessos trabalhistas e contratuais. Mas fundamentalmente, o ensino privado como a forma do capital de gerir a educação, deve encontrar o seu contraponto com o projeto estratégico do Poder Popular e da Universidade Popular, orientado pelas necessidades da classe trabalhadora e seus interesses, no rumo do socialismo.

DRAGÃO

Por Gabriel Galego

solto fogo pelas ventas!
Me chamam
dragão furioso
e eu sou!

rasga a pele meu espírito
e a fumaça
do meu ser fumega os olhos inimigos.

sobrevoo
a dimensão do tempo e do espaço
e dentro dos corações faço morada.
na tua fraqueza me fortaleço
porque imortal são os que me ergueram
até aqui.

sobrevivem
nos cantos que ainda fruímos
e na saliva lançada ao mundo
o axé
de palavras
mágicas:

solto fogo pelas ventas
pois nasci na bahia
sob o fogo cruzado do colonizador.
vi como nunca antes
as lamúrias do mundo se erguerem

e chorarem
em meus pés
lágrimas derramadas por injustiças públicas e
veladas.

meu coração
é pesado,
a liberdade é um prato que se come a muitas
mãos;
portanto
ainda passo fome.

dentro de mim,
a Força torce remói recupera-se das batalhas
e a Energia Vital
que me aquece, aquece também o mundo.
solto fogo pelas ventas
pois o mundo invisível me fez Dragão!
abro os caminhos impassível furioso
mas nunca cego, eles guiam o meu
coração.

não há medo de perder a vida,
porque em nós sobrevive a chama da
Justiça
e essa nunca se apagará

CHARGE

Por Mauro Iasi



Jacinta lê seu poema "O Enforcado", no encerramento do 3º Congresso Brasileiro de Escritores, Salvador, 1950.



À MEMÓRIA DE JACINTA PASSOS

por Camila Oliver

A escritora e militante comunista Jacinta Passos nasceu em Cruz das Almas, em 1914. Teve importante participação nos ambientes culturais da Bahia dos anos 1930, com a divulgação de sua poesia de densa narrativa social.

Com o começo da Segunda Guerra Mundial, começou uma intensa militância política em movimentos pela paz, contra o Estado Novo e um forte combate às opressões sobre as mulheres.

Teve uma longa presença na imprensa baiana (revista Seiva, jornal O Imparcial e também publicou crônicas e poesias no jornal O Momento, a partir de 1946). Depois que o Brasil entrou na guerra, Jacinta desenvolveu uma grande participação na luta antifascista. Entrou para o PCB em 1945, após ter se mudado para São Paulo em 1944.

Jacinta Passos teve intensa atividade política. Entre

suas ações, destacam-se a luta pelo fim da guerra, pela redemocratização do Brasil, por anistia para os presos políticos e em defesa dos direitos das mulheres.

Quando do seu primeiro regresso para Salvador, disputou eleições para deputada pelo PCB, mas não conseguiu se eleger. Foi uma ativa colaboradora do nosso jornal, O Momento, e continuou participando ativamente da política.

Depois de morar em Petrolina por um período, mudou-se para Aracaju, em 1962. Morando sozinha na Barra dos Coqueiros, comunidade de pescadores, vivia de forma muito precária. Contudo, continuava sua luta no PCB organizando trabalhadores, pescadores e estudantes, chegando a ser presa em 1965. Continuou no PCB até a sua morte, aos 57 anos, em 28 de fevereiro de 1973, num sanatório na cidade de Aracaju.